



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## A CONTRUÇÃO DA LIBERDADE DE GÊNERO DOS LGBTI A PARTIR DA LUTA FEMINISTA

Francisco Davi da Silva Albuquerque

*Universidade Estadual do Ceará*

[davi.s.albuquerque@gmail.com](mailto:davi.s.albuquerque@gmail.com)

Maria da Conceição da Silva Rodrigues

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará*

[maria.conceicao@ifpa.edu.br](mailto:maria.conceicao@ifpa.edu.br)

**Resumo:** O feminismo se traduz na histórica luta das mulheres por igualdade de direitos e mais recentemente os estudos de gênero aponta que as opressões se dão também sobre os homens quando se refere aos modelos pré-estabelecidos de masculinidade. Observou-se, a exemplo do que as mulheres já mostravam e lutavam por combater, que os paradigmas e estereótipos também causavam sofrimento aos homens, em especial aos homoafetivos que em sociedades culturalmente patriarcais vivem sobre a negação e violência física e simbólica. Sendo o machismo estrutural como é, mulheres e homens o reproduzem, mas também padecem com este. Para a filósofa Tiburi, identidade de gênero é algo que nos é imposto desde o nascimento e ajuda no processo de opressão sobre nossos corpos e mentes. Nossa problemática é pensar as idealizações sobre os homens, desde sempre às voltas com a afirmação da sexualidade viril e dominadora, com a posição de provedor moral e financeiro da família, aquele que, desde a infância, não pode demonstrar sensibilidade. Assim, entendemos que foi graças à luta feminina que os homens puderam compreender-se enquanto agentes da opressão, mas também vítimas dessa construção sócio histórica – o machismo.

Palavras-chave: Feminismo, LGBTI, Gênero, sexualidade.

### Introdução.

O presente artigo busca compreender como a trajetória do movimento feminista ajuda na construção da luta dos LGBTIs, em especial com a emergência da categoria de gênero. A superação da dicotomia público – privado, nos possibilitou entender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais das relações de poder que a intimidade e as subjetividades alcançam. Enquanto escrevemos esse texto, o Brasil é hoje, laboratório vivo ao nos tomar de espanto com as eleições presidenciais mediadas por

notícias falseadas que em boa medida cuidavam mais da esfera privada e da intimidade que das consagradas pautas públicas em torno da saúde, educação e propostas para a crise econômica, por exemplo. Antes que pensemos ser um fenômeno “do lado de baixo do equador”, o documentário “Roe x Wade: Direitos das Mulheres nos EUA” (2018), mostra como o debate sobre a descriminalização e legalização do aborto naquele país, tem rendido, desde os anos de 1970, apoio em até sido decisivo na



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dinâmica de escolhas dos presidentes dessa nação que se quer modelo de democracia.

Assim, quando as mulheres irrompem as barreiras do público, colocam suas demandas em pauta e resistem aos discursos hegemônicos, elas estão abrindo o caminho para várias outras lutas que também pressupõem a quebra dos estereótipos e das relações de poder e dominação.

Entendemos também que os debates e lutas na perspectiva de raça, gênero e classe são interseccionais e não podem ser pensadas de modo hierárquico como se quis há algum tempo atrás, quando, a luta de classes era entendida como prioritária e sendo a sociedade de classes superada, todas as outras contradições estariam resolvidas. Os liberais também se aproveitam dessas pautas para lançar sua ideologia do “empoderamento individual e do processo meritocrático como uma forma de inclusão para mulheres, negritude e indígenas, garantindo assim um processo econômico de estado mínimo sem grandes conturbações”. (BUENO. 2017, p. 125).

Homens e mulheres nascem sob condições herdadas, antes mesmo de nascer já estamos vinculados à dinâmicas sociais e performances culturais que nos guiará, através de seus ritos e mitos, na construção de nossas individualidades, nossa resistência passa por

entender essas dinâmicas e superá-las na medida em que as mesmas nos agridem social e subjetivamente.

Esse artigo, é tributário dos estudos e análises constituídos dentro e fora das academias, a partir dos estudos e das vivências, pois como nos indica a historiadora Joana Maria Pedro, ao pensar os estudos de gênero nas academias,

já sabemos quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de gays e lésbicas<sup>1</sup>, têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, e, portanto não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. (PEDRO, 2013, p. 02)

Assim, nossa análise busca percorrer a trajetória desses movimentos, entendendo suas interseções, influências e diferenças, mas precisa mais uma vez reafirmar sua postura científica ao passo que militante, pois uma realidade não se desvincula da outra. O que nos move é justamente nossas trajetórias individuais e coletivas, problematizadas com o auxílio do esforço e rigor teórico sobre o qual se debruçam tantos pesquisadores. Um homem gay e sua irmã, uma mulher feminista, ela,



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

professora de história, ele, estudante de geografia, não há como descolar esse real da busca pelo entendimento sócio histórico que faz o caminho existir.

### **A atual conjuntura e o cenário de retrocessos: “não temos tempo de temer a morte”**

Dada o distanciamento minimamente necessário para observar e analisar os acontecimentos e seus impactos, podemos dizer hoje que as jornadas de junho de 2013<sup>1</sup>, ao contrário do que pensamos entusiasmados com o povo na rua naquele momento, era o início de um movimento de recrudescimento da direita e que os reacionários de toda ordem aproveitaram-se daquele período para estabelecer um projeto que culminaria na saída de uma presidente eleita democraticamente, seguindo com um conjunto de reformas que expropria trabalhadores e barra os progressos para vários setores da sociedade brasileira.

É importante agora, registrar as conquistas dos movimentos sociais, em especial aqui, do movimento LGBTI, para que possamos acompanhar de perto o que o cenário de

retrocessos pode impactar nessas conquistas e estarmos prontos para lutar em sua defesa.

Em meados de 2017, próximo da 21ª edição da Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, a Revista Veja lança uma matéria elencando as sete conquistas do movimento LGBTI nos últimos 20 anos e um grande desafio. Segundo a matéria: “Quando a primeira **Parada do Orgulho LGBT** de São Paulo reuniu 2.000 pessoas na Avenida Paulista, em 1997, os homossexuais brasileiros não podiam se casar, adotar filhos ou trocar o nome na cédula de identidade” e indica que as principais conquistas são: o casamento gay, a primeira adoção de uma criança por um casal homossexual, a primeira adoção de uma criança por um casal homossexual, cirurgia de mudança de sexo e de reprodução assistida feita pelo SUS, presença na mídia e as Paradas do Orgulho LGBT. O desafio, em contrapartida, reside ainda nos avanços na esfera legal, em especial na defesa da integridade física e emocional desse grupo.

As leis, entretanto, ainda têm muito para avançar. “Até hoje a homofobia não é crime em todo o Brasil e projetos de lei em defesa desse grupo não saíram do papel. O que temos são decisões favoráveis no Judiciário. No Legislativo, o avanço é zero”, afirma a

---

<sup>1</sup> BUENO, Winnie. [et al]. Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouke, 2017.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

advogada Maria Berenice Dias, presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e especialista no tema.<sup>2</sup>

No movimento de mulheres, traduzido aqui na luta das feministas, o combate à violência contra as mulheres tem avançado e a lei Maria da Penha é um marco nesse combate, o mesmo não se pode dizer do combate à violência contra os grupos LGBTIs. Os dados do Grupo Gay da Bahia – GGB<sup>3</sup>, fonte de pesquisa para esse artigo, traz informações que apresentam o nosso país, no conjunto daqueles que não criminalizam a homossexualidade, como território muito perigoso para quem vive e expressa sua orientação sexual e sua dinâmica de gênero. Segundo os estudos realizados pelo grupo e que servem de referência no âmbito mundial, “o Brasil é o país que mais assassina LGBTs no mundo”.

Ante um cenário como esses, os governantes, as universidades, as igrejas, sindicatos e

associações de bairro, todos e todas devíamos ficar alarmados e unir forças em busca da superação desse quadro. Entretanto, ainda sobre forte influência da cultura patriarcal, observamos uma reação na contramão da história.

Nesse cenário, fazer parte de grupos, coletivos, associações feministas e LGBTIs, é importante para a construção da autoestima de um empoderamento coletivo, não individual, e para se sentir seguro. Nesse momento histórico “é preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”<sup>4</sup>

### O Movimento Feminista e os estudos de Gênero.

Os movimentos feministas não são homogêneos, nem possuem trajetória linear. Pode-se identificar fases nesse percurso e suporte ideológicos diferentes se

<sup>2</sup>Conf., <https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/>. Acessado em 18 de novembro de 2018.

<sup>3</sup>O **Grupo Gay da Bahia** é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. É membro da ILGA, LLEGO, e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupa desde 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e desde 1998 a Secretaria

de Saúde da mesma. O GGB é uma entidade guarda-chuva que oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares especialmente no combate a homofobia e prevenção do HIV e aids entre a comunidade e a população geral. O Centro Baiano Anti-Aids (CBAA), Grupo Gay Negro da Bahia Quimbanda Dudu, Associação de Travestis de Salvador (ATRAS), entidades que estão relacionadas a entidade com base em seu estatuto social, independentes mas ligadas na luta da prevenção e combate ao preconceito. Conf. <https://grupogaydabahia.com.br>.

<sup>4</sup> VELOSO, Caetano. Divino, Maravilhoso. São Paulo: Poligran/Philips, 1968.



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

considerarmos os momentos e espaços em que são vivenciados.

As lutas das mulheres na esfera pública, pois na privada é impossível de datar, pode ser marcada no ocidente a partir do século XVIII, no bojo das revoluções burguesas, quando se disseminam os ideais de igualdade, ao passo que não apresentam nenhuma reformulação ao que tange a condição feminina de desprestígio social. No século XIX, as trabalhadoras pobres ou de classe média, envolvem-se em disputas pelo direito de votar e nas fábricas por melhores condições de trabalho. A vida urbana, proporcionada pela dinâmica das cidades fabris, reuni anseios e aspirações, angústias e lutas. É nesse cenário que mulheres de diferentes classes vão, talvez sem saber, mudar o curso da história não só da futura geração de mulheres e de homens, mas o que se pensa, escreve, analisa, compreende, refaz-se em pensamento, transforma-se de costumes. As mulheres demudaram a dinâmica histórica e foram por essa demudadas. Não obstante,

o feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específicas e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política

de sua transformação.  
(FOUGEYROLLAS-  
SCHWEBEL. 2009, p. 144)

O período descrito, coincide com o contexto de outras lutas ao redor do mundo. O pós-guerra alerta para a capacidade de auto destruição da humanidade, África e Ásia estão em descolonização, a bipolarização faz emergir guerras locais, ditaduras são estabelecidas na América Latina, uma ilha resiste, olha-se a terra do espaço, é proibido proibir, as ideias e as mercadorias são globalizadas.

Às mulheres, processa-se uma revolução com pílula, o controle, pelo menos em parte, sobre o próprio corpo. O maio de 68 na França, o movimento hippie e o desejo de liberdade sexual estimulam o debate e a prática de modos alternativos de existir. Mas, o movimento não segue uma fórmula, pode-se observar nesse momento, perspectivas liberais, reformistas por um lado e radicais de ruptura por outro, como dito antes, o movimento feminista não é um todo homogêneo. (CASSAB, 2014)

Na fase atual do movimento feminista, persiste a diversidade de formas de experienciar as lutas das mulheres, que vai de perspectivas reformistas e de empoderamento individual, passa pelas lutas de representatividade nas esferas públicas – políticas, midiáticas e no mundo do trabalho, bem como, as lutas pela transformação radical do sistema patriarcal. O



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

movimento de mulheres negras que traz a narrativa para fora da esfera dicotômica – homens x mulheres ao demonstrar como entre as próprias mulheres haviam dinâmicas de subalternidade não superadas. De “Católicas pelo direito de decidir” à “Marcha das Vadias”, das cotas de representatividade nos partidos ao movimento de mulheres negras com suas demandas pelo lugar de fala, as mulheres têm se mantido em cena, questionando a hegemonia do, como diz Veloso, “*macho adulto branco sempre no comando e o resto é o resto*”<sup>5</sup>

Para nossa reflexão seguinte é importante dizer que os anos 90 do século XX, são marcados pelo intermédio dos estudos de Gênero. As norte americanas, observam que todos, homens e mulheres sofrem as pressões da sociedade patriarcal e que de ambos se é exigido uma performance em sociedade que remete às opressões.

Mais recentemente – recentemente demais para que se possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia de ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal como uma maneira de

referir-se à organização social da relação entre os sexos.<sup>6</sup>

Foram as feministas Americanas as “pioneiras” na nova classificação para gênero, estas pontuavam três características básicas à essa nova conceituação. Em primeiro era *insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo*. Bem como, *indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”*. E por fim, *o gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade*<sup>7</sup>.

Segundo Rago, a definição era a seguinte: “construção social e cultural das diferenças sexuais”, complementa a autora: “categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava” (1998). Essa categoria de análise parece uma consequência, um seguir de caminho para os estudos e ações do movimento feminista, mas não foi bem assim, houve e ainda há resistência por parte de muitos seguimentos desse movimento em pensar a todos nós como oprimidos, pensa-se que em dinâmicas como a da América Latina, ainda não superamos nem as contradições básicas do patriarcado em relação às mulheres, não podendo assim, “desviar” o foco para o conjunto de opressões que englobam também os homens. Entretanto,

<sup>5</sup> VELOSO, Caetano. O estrangeiro. Álbum – O estrangeiro. Rio de Janeiro: Polygram, 1989.

<sup>6</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Recife, 1991. P.01.

<sup>7</sup> Idem. Op. Cit. p. 02



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

é fato que os estudos de gênero, tributários dos movimentos feministas nas academias, fortaleceu compreensão teórica e a luta dos movimentos LGBTIs.

É com esse espírito que devemos nos perguntar, aonde, afinal, nos levará o feminismo. Pensando nesse lugar, ao qual pretendemos chegar, talvez possamos encontrar uma resposta ou pelo menos uma orientação para pensar melhor nas questões teóricas do feminismo, nesses temas que todos os dias nos convocam quando percebemos que somos – mulheres e não mulheres, pessoas inscritas no âmbito LGBTT e também homens – sujeitos e assujeitados a um mundo patriarcal que o feminismo vem questionar. Um mundo conservador que se abala com a mais leve pluma de críticas. (TIBURI. 2018, p. 11)

Quando a filósofa nos propões essa reflexão, está dizendo como esse movimento transpõe suas próprias pautas, o quanto ele extrapola seus sujeitos e refaz nossas visões de mundo e nos coloca no lugar de quem questiona, de quem não se cala. Assim, a trajetória histórica das mulheres, que parte das ações concretas, mas que ajuda a refazer o pensamento, chegando a questionar não só a condição feminina, mas também todo o âmbito de relações opressivas, ajuda na constituição da luta LGBTI.

## **O Movimento LGBTI: trajetórias perspectivas.**

Pensando percurso do movimento LGBTI, temos de expor alguns marcos importantes para a compreensão de como chegamos aqui, para tal, buscamos as análises dos pesquisadores Carrara (2010) e Facchini (2011), ambos ajudam a pensar a curso no Brasil e nos países ocidentais.

De acordo com Facchini, desde os anos de 1940 na Europa, em especial em Amsterdam, um grupo buscou desconstruir a imagem negativa em torno da homossexualidade, através de publicações em jornais. Nos anos de 1950 chega aos EUA a possibilidade de debates e palestras sobre o tema através de grupo clandestinos de esquerda que promoviam publicações e eventos. Nas décadas de 60 e 70, o movimento ganha força e o caso emblemático do bar “Stonewall” em São Francisco em 28 de junho de 1969, marca a data que se transformou internacionalmente no “Dia do Orgulho Gay”. No que se refere aos sujeitos e o percurso do movimento no cenário brasileiro, diz a autora:

O movimento brasileiro nasce no final dos anos 1970, predominantemente formado



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento. (FACCHINI. 2011, p.10)

A mesma autora, divide a trajetória do movimento homossexual brasileiro em três ondas: uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira, de 1992 aos dias de hoje. (FACCHINI. 2011, p.13), sendo essas divisões para efeito didático da análise, posto que os movimentos sociais são dinâmicos e não seguem uma linearidade rígida, assim, em alguns lugares do Brasil e do mundo, a trajetória pode adotar uma lógica e encontrar-se de modo diverso em outros espaços.

Mas, seguindo a narrativa da autora, essas ondas dizem respeito às demandas e conquistas de direitos “por meio de ações políticas que não se restringiam ao "gueto", mas que se voltavam para a sociedade de modo mais amplo”. Assim, nos diz Facchini que “os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no

contexto da "abertura" política que anunciava o final da ditadura militar”. (FACCHINI. 2011, p.13)

“O meu prazer, agora é risco de vida”, canta Cazusa no final dos anos de 1980, e é a descoberta da AIDS nessa década, somada à desastrosa associação da doença aos gays que avanços e conquistas retrocedem. O movimento agora tem uma demanda urgente que é a busca por políticas públicas e tratamento da doença, fora a tentativa de desconstruir o estigma da mesma. Contudo, o combate à doença conseguiu alguns adiantamentos no debate e conquistas de direitos,

A entrada das pautas do movimento nas políticas públicas não se deu, portanto, pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde e, mais especificamente, a política de combate às DSTs e Aids. (FACCHINI. 2011, p. 16)

A sistemática luta contra a doença e pelo avanço no tratamento, fortaleceu os mecanismos de organização coletiva e construiu novas possibilidades de atuação, forma-se nesse momento um conjunto de organizações não governamentais que se espalham por todo o país. Importante ressaltar



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que esses grupos e organizações eram de natureza múltipla, desde acadêmicos a religiosos.

A repercussão desse esforço conjunto faz emergir o que a autora chama de a “terceira onda” do movimento que disseminado pela causa irrefutável da saúde e de salvar vidas, pode também reestabelecer demandas anteriores como o combate a violência sofrida pelos LGBTIs. É nessa seara de acontecimentos que surge no nordeste do país o Grupo Gay da Bahia – GGB, sendo esta “a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil”, que ainda nos anos de 1980, buscando fortalecer essas redes de combate à AIDS, estabelece outros debates e fortalece outras lutas. Hoje, esse grupo é referência internacional no que diz respeito aos estudos e levantamentos de crimes envolvendo a comunidade LGBTI.

O processo de redemocratização do país e a elaboração da Constituição Cidadã em 1988, suscita o ideário da igualdade como elemento básico da democracia. Nos diz Carrara que,

Certas transformações foram expressivas, como a formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, reflexos claros da pressão de grupos feministas e de mulheres. Já a não inclusão

na nova Carta constitucional da “orientação sexual” e da “identidade de gênero” entre as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos evidencia o quanto o contexto político daquele momento era desfavorável para o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro ou, como se designa atualmente, Movimento LGBT. (CARRARA, 2010, p. 134).

Mesmo ante a soma de ganhos e aberturas que o texto constitucional proporcionava, ainda estava limitada pela visão dos políticos que a construíram, a constituição cidadã, não conferiu cidadania aos LGBTIs naquele momento histórico, contudo, seu empenho em garantir os direitos humanos, pode até hoje servir de base para que juristas possam tomá-la por base na defesa da comunidade e na garantia de alguns direitos básicos, ainda negados a mesma. (CARRARA, 2010)

Mas, na afirmação do autor também observamos como a trajetória do movimento feminista encoraja as lutas do movimento LGBTI, ao passo que se não contempla completamente, abre os precedentes para novas lutas e conquistas.

A década de 1990 apresenta uma conquista fundamental nesse trajeto – a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT, em 1995. A



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mesma reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada, nas palavras de Facchini, “a maior rede LGBT na América Latina”. (p.16)

Ao pensar o século XXI, nossos autores em questão apresentam, ambos, a gama de avanços na esfera jurídica, acadêmica e de políticas públicas. Nos diz Carrara,

Iniciado por governos anteriores no âmbito da luta contra a Aids, a promoção governamental de políticas públicas voltadas à população LGBT se estende agora por diferentes ministérios e tem sido fundamental para a própria organização do movimento. Já sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal promoveu a elaboração de um programa de ação específico – “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” –, lançado em maio de 2004. O programa foi elaborado por uma comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e pelo Ministério da Saúde, com a participação de vários ativistas e organizações militantes. (CARRARA. 2010, p. 140)

O programa citado, é um marco nas conquistas desse século, ele foi seguido da multiplicação e fortalecimento dos coletivos, a inserção de debates no âmbito legislativo para assegurar

direitos relativo a união civil de casais do mesmo sexo, garantias de direito à maternidade e paternidade, ao uso do nome social, criminalização da homofobia, sem falar no sem número de pesquisas acadêmicas que passam a ocupar os espaços privilegiados de construção do conhecimento.

Não obstante o cenário de lutas, debates e conquistas supracitado, uma força reacionária também ganha espaço em paralelo. Fortalecem-se nas esferas legislativas bancadas de representação religiosa ou dos interesses de determinadas igrejas que patrocinam suas campanhas. Essa bancada barganha com o executivo a aprovação ou não das pautas em votação. O famigerado projeto “Escola sem homofobia”, não só foi barrado por meio da pressão desse grupo como anos depois volta à cena nacional para ajudar a orquestrar uma assustadoramente bem planeja distribuição de informações falsas, as chamadas “Fake News”, que teve esse projeto como referência, mas popularizado de “Kit Gay”. Ainda não temos um distanciamento dos acontecimentos que seja suficiente para analisar essa questão, que por hora será deixada em suspenso, o que se comprova mais uma vez é que o país necessita avançar nesse debate.

Quando Carrara e Facchini escrevem nos anos de 2010 e 2011 respectivamente, ainda não podiam prever que em menos de uma década o



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

cenário de avanços e conquistas do governo no poder naquela ocasião, estaria entregue às incertezas.

### **Haverá futuro para nós irmão e irmã, feministas e LGBTIs?**

Historicamente, os movimentos sociais são os alvos primeiros de qualquer governo autoritário. É famosa a frase do presidente Washington Luís, dizia ele que os Movimentos Sociais eram caso de polícia. Assim, a história do Brasil é permeada por revoltas, insurreições e muita repressão sobre qualquer forma de organização popular. Não por menos, o presidente eleito já anuncia, que os dois movimentos sociais de repercussão e importância inegável para a justiça social no país – MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MTST (Movimento do Trabalhadores Sem Teto), serão considerados terroristas. A fala é chocante para o século XXI, mas ao nos voltarmos para trás, como o Anjo da História de Benjamin, veremos que tragédias dessa monta, já nos assombrou antes, é preciso, como sempre foi, resistir!

### **Bibliografia**

BUENO, Winnie. [et al]. Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouke, 2017.

CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil contemporâneo. Bagoas: revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal: EDUFRRN, V 1. n. 5. P 131-147. 2010.

CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, Paraná. 2014.

CAZUZA. Ideologia. Álbum – Ideologia. Rio de Janeiro: Philips.1988.

Documentário - Roe x Wade: Direitos das Mulheres nos EUA. Direção de Anne Sundberg e Ricki Stern. EUA, 2018.

FACCHINI. Regina. Histórico da Luta de LGBT no Brasil. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). São Paulo: CRPSP, 2011.

HIRATA, Helena Sumiko; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Movimento Feminista (Conceito de)**. In. Dicionário Crítico do Feminismo/ Helena Hirata... [et. all]. (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Usos e abusos da categoria mulher, Mulheres e Relações de Gênero no Cone Sul. Buenos Aires: FAHCE, 2013.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para  
análise histórica. Recife, 1991.

VELOSO, Caetano. Divino, Maravilhoso.  
Álbum – Gal Costa. Rio de Janeiro:  
Poligran/Philips, 1968.

\_\_\_\_\_. O estrangeiro. Álbum – O  
estrangeiro. Rio de Janeiro: Polygram,  
1989 TIBURI, Marcia. Feminismo em  
comum: para todas, todes e todos. 2ªed. –  
Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.